

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE
CURSO DE ENFERMAGEM

KAYNARA BEATRIZ MONTEIRO LIMA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: análise documental
de projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFMA

SÃO LUÍS
2025

KAYNARA BEATRIZ MONTEIRO LIMA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: análise documental de projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Paola Trindade Garcia

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Monteiro Lima, Kaynara Beatriz.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: análise documental de projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFMA / Kaynara Beatriz Monteiro Lima. - 2025.

44 f.

Orientador(a): Paola Trindade Garcia.

Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - Ma, 2025.

1. Ensino Universitário. 2. Ensino Superior. 3. Inclusão de Pessoas Com Deficiência. 4. Pessoas Com Deficiência. 5. Inclusão Educacional. I. Garcia, Paola Trindade. II. Título.

KAYNARA BEATRIZ MONTEIRO LIMA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: análise documental de
projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFMA

Trabalho de Conclusão de Curso de
Enfermagem apresentado à Banca
examinadora do Curso de Graduação de
Enfermagem da Universidade Federal do
Maranhão.

Aprovado em: 04/08/2025

Nota: 10

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **PAOLA TRINDADE GARCIA**
Data: 14/08/2025 14:28:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Paola Trindade Garcia (Orientadora)
Doutora em Saúde Coletiva- UFMA

Documento assinado digitalmente
 **LIDIANE ANDREIA ASSUNCAO BARROS**
Data: 12/08/2025 12:46:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Me. Lidiane Andréia Assunção Barros (1º Examinador)

Documento assinado digitalmente
 **DOUGLAS MORAES CAMPOS**
Data: 12/08/2025 12:57:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Douglas Moraes Campos (2º Examinador)

*Dedico este trabalho à Deus
por ser minha fortaleza,
sabedoria e luz em cada etapa
dessa jornada.*

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha mãe, Maria José Monteiro Lima, por todo o amor, apoio e sacrifício que sempre dedicou a mim. À minha segunda mãe, Kassylene Lima, pela força e carinho incondicionais em todos os momentos da minha vida. E ao meu avô, José Ribamar Silva Lima, por ser meu exemplo de perseverança e sabedoria. Sem vocês, nada disso seria possível.

Ao meu noivo, Felipe Cassius, por ser meu porto seguro, minha inspiração e meu maior incentivador. Sua paciência, amor e apoio inabalável foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Cada conquista minha é também sua, e sou eternamente grata por ter você ao meu lado.

Ao meu grande amigo Lucas Almeida, que me acompanha desde os tempos do ensino médio e foi meu parceiro durante toda a graduação, meu sincero obrigada. Sua amizade, lealdade e parceria nos momentos mais desafiadores foram fundamentais para minha jornada acadêmica.

Aos queridos amigos Arthur Soares, Thaciani de Medeiros e Evinny, que estiveram comigo durante a graduação, meu agradecimento especial. As risadas, os debates e o apoio mútuo tornaram essa caminhada mais leve e significativa.

À Ana Karoline Moreira, Cláudio Vieira e Jaqueline Diniz, meus companheiros de graduação, agradeço por cada momento compartilhado, pelas trocas de conhecimento e pela amizade que certamente levarei para a vida toda.

À Professora Doutora Paola Trindade Garcia, não apenas por sua orientação acadêmica, mas por toda a transformação que provocou em minha trajetória. Agradeço pela imensa oportunidade de aprender com você, por compartilhar seu conhecimento com tanta generosidade e por acreditar no meu potencial mesmo nos momentos de maior desafio. Sua paixão pela pesquisa, seu rigor científico e sua visão crítica me inspiraram a me tornar uma pesquisadora melhor e a enxergar o mundo acadêmico com novos olhos. Cada conselho, cada correção e cada palavra de incentivo foram fundamentais para minha formação, tanto profissional quanto pessoal. Mais do que uma orientadora, você se tornou uma referência e uma grande influência em minha vida. Muito obrigada por tudo!

À Banca Examinadora, pelo tempo disposto e pelas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), expresso minha mais profunda gratidão por ter sido uma base sólida e essencial em minha jornada acadêmica. Reconheço o papel significativo que esta instituição desempenhou no meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para que eu estivesse onde estou.

“A Enfermagem é uma arte; e para realizá-la como arte, requer uma devoção tão exclusiva, um preparo tão rigoroso, quanto a obra de qualquer pintor ou escultor.”
(Florence Nightingale)

RESUMO

Introdução: O trabalho aborda o mapeamento de aspectos de acessibilidade descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de Educação Física (Bacharelado), Educação Física (Licenciatura), Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia da Universidade Federal do Maranhão. A acessibilidade na educação é um direito da pessoa com deficiência e deve abranger documentos institucionais norteadores. A falta de aspectos de inclusão nos PPPs não apenas sinalizam uma barreira para a educação eficaz de pessoas com deficiência como também limita a vivência de futuros profissionais com uma sociedade diversa.

Objetivo: Analisar os aspectos de acessibilidade e inclusão nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) dos cursos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus São Luís com número maior de ingressantes.

Método: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental, cujo desenvolvimento foi composto pelas etapas de seleção de conteúdos teóricos e análise documental dos PPPs dos cursos selecionados.

Resultados: A análise foi realizada com 7 cursos da área da saúde, ofertados pela universidade. O PPP mais recente é de 2017 e o mais antigo de 2007, 4 dos 7 cursos possuem em sua grade curricular a disciplina de Libras, no entanto, não é obrigatório que o discente curse a disciplina durante sua formação acadêmica, portanto, urge a necessidade de fomentação para participação voluntária. Apenas 1 curso (Medicina) cita o Núcleo de Acessibilidade da UFMA e abrange aspectos de inclusão relacionados à acessibilidade arquitetônica, tais achados representam uma barreira educacional que tende a colaborar com a evasão do discente com deficiência ao dificultar seu acesso a materiais essenciais para sua formação.

Conclusão: Os achados revelam discrepância significativa entre os cursos quanto à incorporação de diretrizes de acessibilidade em seus PPPs, essa diferença sugere que a formação em saúde ainda está fragmentada, com alguns cursos avançando na tematização e outros regulando-a a um plano secundário. Urge a necessidade de atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade de forma mais parametrizada e orgânica.

Descritores: Ensino Universitário, Ensino Superior, Inclusão de Pessoas com Deficiência, Pessoas com Deficiência, Inclusão Educacional.

ABSTRACT

Introduction: This work maps accessibility aspects described in the Political Pedagogical Projects (PPPs) of the Physical Education (Bachelor's), Physical Education (Licentiate), Nursing, Pharmacy, Medicine, Nutrition, and Dentistry programs at the Federal University of Maranhão. Accessibility in education is a right of people with disabilities and should be included in guiding institutional documents. The lack of inclusion aspects in PPPs not only signals a barrier to the effective education of people with disabilities but also limits the experience of future professionals in a diverse society. **Objective:** To analyze accessibility and inclusion aspects in the Political Pedagogical Projects (PPPs) of the programs at the Center for Biological and Health Sciences of the Federal University of Maranhão (UFMA), São Luís campus with the highest number of incoming students. **Method:** This is a qualitative, documentary research whose development consisted of the stages of selection of theoretical content and documentary analysis of the PPPs of the selected programs. **Results:** The analysis involved seven healthcare courses offered by the university. The most recent PPP was from 2017, and the oldest from 2007. Four of the seven courses include Libras in their curriculum. However, taking the course is not mandatory, thus, encouraging voluntary participation is urgently needed. Only one course (Medicine) cites the UFMA Accessibility Center and covers inclusion aspects related to architectural accessibility. These findings represent an educational barrier that tends to contribute to the dropout rate of students with disabilities by hindering their access to essential materials for their education. **Conclusion:** The findings reveal a significant discrepancy between courses regarding the incorporation of accessibility guidelines into their PPPs. This difference suggests that healthcare education is still fragmented, with some courses advancing in the topic and others relegating it to a secondary level. There is an urgent need to update the Political Pedagogical Projects of the University's health courses in a more parameterized and organic way.

Keywords: University Education, Higher Education, Inclusion of People with Disabilities, People with Disabilities, Educational Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos e respectivos anos da última atualização do Projeto Político Pedagógico.....	22
Quadro 2 - Análise multidimensional de aspectos de acessibilidade descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.....	24
Quadro 3 - Componentes e evidências de aspectos pedagógicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.....	26
Quadro 4 - Componentes e evidências de aspectos arquitetônicos/físicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.....	28
Quadro 5 - Componentes e evidências de aspectos atitudinais descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.....	29
Quadro 6 - Componentes e evidências de aspectos tecnológicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.....	31
Quadro 7 - Componentes e evidências de aspectos institucionais descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEC	Ministério da Educação
NIT	Núcleo de Tecnologia da Informação
NUACE	Núcleo de Acessibilidade da UFMA
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROAES	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
SCIELO	Scientific Library Online
TICS	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa.....	17
2 OBJETIVOS.....	19
2.1 Objetivo geral.....	19
2.2 Objetivos específicos.....	19
3 MÉTODO.....	20
3.1 Tipo de estudo.....	20
3.2 Seleção do conteúdo.....	20
3.2.1 Revisão de conteúdo.....	20
3.2.2 Coleta de dados e análise.....	21
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Nos últimos anos, observa-se um crescimento no número de estudantes com deficiência no ensino superior. Segundo o Censo do Ensino Superior, na rede federal, em 2023 a quantidade de alunos com deficiência foi de 2.726 matriculados (Inep, 2023).

A educação superior inclusiva é um imperativo ético e legal no Brasil, amparado por marcos como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as diretrizes do Ministério da Educação (MEC). Na área da saúde, esse debate ganha relevância adicional, pois profissionais formados nesses cursos serão responsáveis por atender uma população diversa, incluindo pessoas com deficiência. No entanto, a efetiva incorporação de princípios de acessibilidade nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das graduações em saúde ainda é uma lacuna a ser explorada, especialmente em instituições públicas como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O Decreto n. 5.296, de dezembro de 2004, em seu artigo 8º, redefiniu o significado de acessibilidade: I – acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora (sic) de deficiência ou com mobilidade reduzida; (Brasil, 2004). A base fundamental para indicar o que distingue inclusão, que não é preparar para conviver, tampouco recolher para conviver, mas sim forjar *new commons*, ou seja, reconhecer que é com a convivialidade que nos constituímos. Com ela, não para ela. Inclusão é esse fluxo que transcorre quando já se produziu historicamente o acesso. (Freitas, 2023).

O decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O

Decreto nº 7.611/2011 estabelece que a acessibilidade deve garantir o [...] acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação[...]. Visando a [...]VII -estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. § 5a Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência[...] (Brasil, 2011).

Enquanto o Decreto nº 7.611/2011 estabelece as obrigações legais, o Documento Orientador do Programa Incluir, detalha as estratégias para sua implementação nas Instituições de Ensino Superior (IES) reforçando a obrigatoriedade de adaptações estruturais e metodológicas para promoção da inclusão no ensino superior. Objetivando orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº. 186/2008, nº 6.949/2009, nº 5.296/2004, nº 5.626/2005 e nº 7.611/2011. (Brasil, 2013).

O documento orientador do Programa Incluir busca ainda fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (Brasil, 2013).

Na Universidade Federal do Maranhão há o Núcleo de Acessibilidade da UFMA (NUACE), com sua atuação desde 2010 (ano de sua fundação) que visa promover e/ou mediar ações que visam garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência no contexto universitário. Dentre as atribuições do NUACE, estão:

- I. Garantir o acesso, o ingresso e a permanência de pessoas com deficiências na UFMA, através de suporte técnico e atendimento especializado;
- II. Coordenar todos os trabalhos pró-acessibilidade, fazendo respeitar a Constituição Federal de 1988, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas infraconstitucionais;
- III. Promover interação com as associações de pessoas portadoras de

deficiência em São Luís e Núcleos de outras instituições federais de ensino superior;

IV. Elaborar o relatório anual das atividades do Núcleo;

V. Atualizar o censo da população de pessoas portadoras de deficiência que trabalham e/ou estudam na UFMA;

VI. Levantar e mapear todas as barreiras que impeçam ou dificulte o ingresso, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, na UFMA;

VII. Estabelecer parcerias com a Prefeitura de Campus e as demais Unidades Acadêmicas;

VIII. Projetar as ações que devem fazer parte do Plano Diretor do Campus da UFMA;

IX. Garantir aos estudantes portadores de deficiência sensorial o acesso às mesmas informações e experiências que os textos em tinta e som transmitem às demais pessoas;

X. Produzir textos ampliados para alunos com baixa visão no Núcleo e em outras dependências da UFMA, de acordo com as necessidades dos usuários;

XI. Transcrever e interpretar aulas e outras experiências sonoras;

XII. Trabalhar em conjunto com o docente, recebendo através dele todo o material necessário utilizado para o acompanhamento das atividades discentes;

XIII. Operar e manter todos os equipamentos videomagnificadores e de impressão em Braile;

XIV. Produzir relatórios das atividades de interpretação e transcrição;

A explicitação clara das diretrizes de acessibilidade nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) dos cursos do ensino superior é primordial não apenas para o cumprimento de normativas legais, mas principalmente para assegurar condições equitativas de formação aos estudantes com deficiência. Essa abordagem retrata um duplo compromisso: formar profissionais capacitados para atender pessoas com deficiência e, simultaneamente, oferecer uma trajetória acadêmica sem barreiras aos alunos com deficiência. A não explicitação das diretrizes de acessibilidade pode resultar na evasão desses alunos e na dificuldade para sua inserção em outros espaços, inclusive no mercado de trabalho. Para que, de fato, essa inclusão escolar aconteça, precisamos nos atentar para as barreiras existentes no dia a dia para os estudantes em situações de desvantagem e colocar em ação legislações que contemplem a acessibilidade como um desses meios, pensando em todas as suas dimensões: arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional e, mais do que

nunca, a tecnológica (Silva; Oliveira, 2023).

As políticas de acesso e permanência deveriam ir muito além, pois a inclusão não se delimita apenas a inserir a pessoa com deficiência no ambiente acadêmico, mas sim o sistema estar preparado para recebê-la (Brigida e Limeira, 2020). Com a integração de discussões sobre a temática é possível incentivar os estudantes da graduação a aprimorarem seus conhecimentos no âmbito do atendimento a pessoas com deficiência, resultando na capacidade de ofertar um atendimento especializado e acolhedor, promovendo a inclusão atitudinal da pessoa com deficiência nos serviços de saúde (Rosa *et al.*, 2022).

Segundo o Programa Incluir (Brasil, 2013), as IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Diante o exposto, este trabalho busca responder à seguinte questão: Quais aspectos de acessibilidade e inclusão estão descritos nos PPPs dos cursos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde com maior ingressantes da Universidade Federal do Maranhão Campus São Luís? A investigação justifica-se pela necessidade de mapear se – e como – as diretrizes de inclusão estão formalizadas nos documentos que regem a formação desses futuros profissionais.

1.1 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de avaliar como os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos selecionados estão integrando as políticas de acessibilidade, considerando tanto a formação profissional quanto a inclusão de estudantes com deficiência. Este estudo se mostra relevante por abordar uma temática ainda pouco explorada na literatura acadêmica, especialmente no contexto do ensino superior na região Nordeste.

No âmbito da formação profissional, a análise dos PPPs permite investigar se os futuros profissionais de saúde estão sendo preparados para lidar

adequadamente com pacientes com deficiência. Cursos como Enfermagem formam indivíduos que atuarão diretamente com a pluralidade humana, sendo fundamental que seus currículos contemplem conhecimentos e práticas sobre atendimento inclusivo.

A escolha por focar nos cursos de saúde da UFMA se deve ao impacto social que esses profissionais possuem na qualidade de vida da população e aos cuidados que, com muita frequência, são prestados às pessoas com deficiência por parte desses profissionais. Além disso, a universidade, como instituição pública, tem o compromisso de assegurar educação inclusiva em todos os níveis.

Os resultados deste trabalho poderão contribuir para processos de revisão curricular, fortalecendo a conexão entre os cursos e o NUACE, em relação à inclusão educacional, a pesquisa procura entender como os PPPs estão garantindo condições justas de aprendizagem para estudantes com deficiência. A adaptação de metodologias, a oferta de recursos acessíveis e a flexibilidade curricular são aspectos cruciais que devem ser contemplados em projetos pedagógicos. O trabalho do Núcleo de Acessibilidade da UFMA (NUACE) se torna ainda mais eficaz quando os cursos incorporam as diretrizes de inclusão em seus PPPs.

Este estudo se justifica ainda por seu potencial de gerar dados que auxiliem na formulação de políticas institucionais mais efetivas sobre acessibilidade. A análise dos PPPs permitirá identificar tanto os avanços quanto os desafios na implementação da educação inclusiva nos cursos (com mais ingressantes) da saúde da UFMA, fornecendo informações valiosas para melhorias concretas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar os aspectos de acessibilidade e inclusão nos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) dos cursos do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus São Luís com número maior de ingressantes.

2.2 Objetivos específicos

a) Identificar quais aspectos de acessibilidade e inclusão são mencionados nos PPPs dos cursos da área da saúde analisados.

b) Mapear as menções explícitas à acessibilidade nos PPPs dos cursos da área da saúde analisados.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental que utilizará como fontes os Planos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos 7 cursos o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Maranhão Campus São Luís com mais ingressantes: Educação Física (Bacharelado), Educação Física (Licenciatura), Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia. A análise documental se caracteriza pela pesquisa “[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa[...]” (GIL, 2008, p. 45). A análise foi guiada com base em referenciais técnico-políticos como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e as diretrizes atuais do Ministério da Educação (MEC) para educação inclusiva.

3.2 Seleção do conteúdo

Enquanto recursos teóricos, para seleção do conteúdo abordado debruçou-se em literaturas disponibilizadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério da Educação (MEC), além de leis, diretrizes e normativas da área.

A pesquisa nas bases de dados se deu por meio dos descritores: “Ensino Universitário”, “Ensino Superior”, “Inclusão de Pessoas com Deficiência”, “Pessoas com Deficiência” e “Inclusão Educacional”. O processo de seleção resultou em 12 artigos da base SciELO e 21 artigos do Portal CAPES após a aplicação dos seguintes critérios de exclusão: (1) artigos publicados há mais de cinco anos; e (2) estudos que, mesmo após leitura minuciosa, não apresentavam adequação aos objetivos específicos desta pesquisa. Essa triagem rigorosa garantiu que apenas evidências relevantes e contemporâneas fundamentassem a discussão sobre lacunas e avanços nas diretrizes de acessibilidade.

3.2.1 Revisão de conteúdo

A revisão do conteúdo foi realizada para analisar como as políticas de

acessibilidade e inclusão estão formalizadas e funcionantes no ensino superior. Para isso, buscou-se identificar nos artigos: (1) quais dimensões da acessibilidade (física, pedagógica, comunicacional) são mencionadas; (2) como as instituições operacionalizam essas diretrizes na prática; e (3) quais desafios são apontados para uma acessibilidade efetiva. A análise permitiu mapear tanto os avanços quanto às lacunas nas propostas de formação inclusiva, oferecendo subsídios para repensar as práticas educacionais na área da saúde para, posteriormente, realizarmos o devido entrelaçamento teórico com a leitura e análise dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos.

3.2.2 Coleta e análise dos dados

Os dados foram coletados diretamente dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) disponibilizados pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em seu portal institucional, a saber:

- [Enfermagem](#)
- [Educação Física \(Bacharelado\)](#)
- [Educação Física \(Licenciatura\)](#)
- [Farmácia](#)
- [Medicina](#)
- [Nutrição](#)
- [Odontologia](#)

Cada documento foi examinado minuciosamente, com extração e categorização dos trechos que abordavam aspectos de acessibilidade: (a) pedagógicos; (b) arquitetônicos/físicos; (c) atitudinal; (d) tecnológicos e (e) institucionais. Os conteúdos relevantes foram sistematizados em um quadro analítico, permitindo a identificação de padrões e lacunas nas políticas institucionais, com base em critérios previamente estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme demonstrado no Quadro 1, a versão mais recente do Projeto Político Pedagógico (PPP) disponível nos cursos analisados data de 2017 (curso de farmácia) e a versão mais antiga data do ano de 2007 (curso de nutrição), apresentando uma defasagem temporal significativa quanto ao programa pedagógico dos cursos de modo geral. Essa situação, por si, merece atenção especial, pois um documento dessa natureza, quando não atualizado regularmente, pode deixar de atender às demandas contemporâneas do ensino superior, incluindo as novas tecnologias educacionais, as exigências do mercado profissional e, principalmente, as necessidades de acessibilidade.

Quadro 1. Cursos e respectivos anos da última atualização do Projeto Político Pedagógico.

Datas dos Projetos Políticos Pedagógicos	
Enfermagem	2015
Educação Física (Bacharelado)	2016
Educação Física (Licenciatura)	2015
Farmácia	2017
Medicina	2013
Nutrição	2007
Odontologia	2011

Fonte: autoria própria

A falta de revisões periódicas do PPP pode indicar fragilidades nos processos de gestão acadêmica, especialmente no que diz respeito à inclusão educacional. Um projeto pedagógico desatualizado tende a não incorporar as recentes inovações em tecnologias assistivas, metodologias de ensino inclusivas e

adaptações curriculares, elementos essenciais para garantir a plena participação de estudantes com deficiência. Essa lacuna não apenas limita o desenvolvimento acadêmico desses alunos, como também pode comprometer o cumprimento da legislação vigente sobre educação inclusiva.

De acordo com Veiga (2007), o projeto busca uma direção, um rumo, que se constitui, mediante ação intencional, com sentido explícito e compromisso definido na coletividade. Representa, portanto, a identidade política e educativa institucional, bem como um instrumento teórico-metodológico para intervenção ou transformação da realidade.

Considerando esses aspectos, torna-se fundamental implementar um processo de revisão do PPP que contemple as atuais diretrizes da educação inclusiva. Tal iniciativa representaria um importante avanço na qualificação do projeto pedagógico institucional, assegurando que ele esteja alinhado tanto com as exigências legais quanto com os princípios de uma educação verdadeiramente acessível e de qualidade para todos os estudantes.

O Quadro 2 revela disparidades significativas: enquanto os cursos de Enfermagem, Educação Física (Bacharelado), Educação Física (Licenciatura), Farmácia, Medicina, Nutrição e Odontologia apresentam iniciativas pontuais em dimensões específicas, o curso de Nutrição não menciona qualquer aspecto relacionado à inclusão.

Os dados evidenciam que a formação pedagógica para a inclusão ainda se restringe predominantemente à oferta de disciplinas isoladas, como Libras (presente em 4 dos 7 cursos), Esporte Adaptado presente no curso de Educação Física (Bacharelado) e Educação Física Inclusiva inserida no curso de Educação Física (Licenciatura).

O Capítulo IV, Art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão estabelece como incumbência do poder público a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; [...] XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com

deficiência nos respectivos campos de conhecimento; [...] XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; (BRASIL, 2015).

Os incisos supracitados demarcam um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades educação, além de determinar que sejam eliminadas todas as barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação para a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica (Souza; Richter; Souza, 2023).

Quadro 2. Análise multidimensional de aspectos de acessibilidade descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.

Aspectos multidimensionais de acessibilidade e inclusão nos cursos					
Curso	Pedagógico (Disciplinas / Formação)	Arquitetônica / Física	Atitudinal (Práticas Inclusivas)	Tecnológicas	Institucional (Políticas/ Núcleos)
Enfermagem	Libras (Optativa)	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado
Educação Física (Bacharelado)	Libras (Optativa), Esporte Adaptado.	Não Mencionado	Intervenção Multiprofissional	Não Mencionado	Não Mencionado
Educação Física (Licenciatura)	Libras, Educação Física Inclusiva	Não Mencionado	Adaptações Metodológicas	Não Mencionado	Não Mencionado
Farmácia	Libras	Não	Não	Não Mencionado	Não Mencionado

		Mencionado	Mencionado		
Medicina	Não Mencionado	Sinalização e Van Adaptada	Acessibilidade Metodológica (PROAES)	Softwares Leitores de Tela (NTI)	NUACE, PROAES E NTI
Nutrição	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado
Odontologia	Pacientes Especiais	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado	Não Mencionado

Fonte: autoria própria

A ausência de menção a adaptações metodológicas sistemáticas na maioria dos PPPs, assim como a falta de referência a núcleos de apoio especializado, sugere que a acessibilidade não está plenamente incorporada como eixo estruturante dos projetos pedagógicos dos cursos da área da saúde da UFMA.

Essa fragmentação pode comprometer a formação de profissionais de saúde capacitados para atender à diversidade humana e colaborar para o aumento do índice de evasão universitária, uma vez que não abrange aspectos de acessibilidade para os estudantes com deficiência.

O quadro 3 evidencia que 4 dos 7 cursos possuem em sua grade curricular a disciplina de Libras. Segundo Ramos; Almeida, 2017, a comunicação em Libras também é capaz de aproximar profissionais e pacientes surdos, gerando uma relação de confiabilidade, levando segurança ao paciente em procurar os serviços de saúde. No entanto, não é obrigatório que o discente curse a disciplina de Libras durante sua formação acadêmica, portanto, a participação voluntária deve ser fomentada, para que assim, o estudante garanta a experiência da comunicação em Libras (Rosa *et al.*, 2022).

No curso de Educação Física - Licenciatura, observa-se a disciplina de Educação Física Inclusiva cujo objetivos são: Capacitar os futuros profissionais de Educação Física por meio de conhecimentos técnicos - pedagógicos sobre a Educação Física Inclusiva para atuarem na inclusão em ambientes diferenciados, mediante programas de atividades motoras adaptadas e relacionar as diferentes concepções da deficiência com a prática pedagógica e a atuação dos profissionais de Educação Física em ambientes inclusivos.

Segundo Rosa *et al.* 2022, o atendimento à saúde de pessoas com deficiência não será limitado somente aos serviços especializados, e desse modo o profissional que irá trabalhar em qualquer nível de assistência à saúde deve estar habilitado para atender as demandas de saúde das pessoas com deficiência, além disto, como também mencionado em lei, são necessárias estratégias de capacitação permanente das equipes de saúde que atuam no Sistema único de Saúde (SUS) , esta capacitação pode ser iniciada durante a graduação, colaborando para a experiência dos estudantes. É de responsabilidade social da universidade, que forma profissionais que em sua maioria trabalharão no SUS, garantir a equidade no ensino. De acordo com Ministério da Saúde, 2024, o objetivo desse princípio é

diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

Quadro 3. Componentes e evidências de aspectos pedagógicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.

Aspectos pedagógicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.	
Curso	Pedagógica (Disciplinas / Formação)
Enfermagem	Disciplina de Libras (Optativa) - Ementa: Conceitos lingüísticos. Linguagem do surdo, cultura e sociedade. Os estudos sobre a linguagem e a língua de sinais. Componentes lingüísticos em Libras. Domínio e uso básico de Libras.
Educação Física (Bacharelado)	Disciplina de Libras (Optativa) - A disciplina LIBRAS apresenta a Língua de Sinais como primeira língua da pessoa surda. Apresenta uma introdução a língua de sinais. Retrospectiva histórica sobre os surdos, sua língua, sua cultura e identidade. Aborda a Lei 10.436 e noções básicas da Língua de Sinais (LIBRAS). Esporte Adaptado - Reconhecimento do Esporte Adaptado como possibilidade de promoção de saúde, melhoria de estilo de vida e inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais.

Educação Física (Licenciatura)	Disciplina de Libras - Histórico da Língua Brasileira de Sinais. A Libras no contexto da legislação educacional. A Libras como fator de inclusão social da pessoa surda. Alfabeto Manual e Numeral em Libras. Estrutura linguística da Libras. O conhecimento básico de Libras para a intervenção do professor de Educação Física em escolas. Educação Física Inclusiva - As concepções históricas da deficiência através do tempo. Caracterização da Educação Física Inclusiva (evolução histórica, conceito, terminologias, objetivos, clientela, conteúdos, adaptações metodológicas). Acessibilidade e inclusão. Caracterização dos diferentes tipos de deficiências física, sensoriais e cognitivas. Programas de atividades motoras adaptadas às pessoas com deficiência.
Farmácia	Disciplina de Libras (Optativa) - Não há descrição da ementa no PPP.
Medicina	Não Mencionado
Nutrição	Não Mencionado
Odontologia	Disciplina de Pacientes Especiais - Diagnóstico e Plano de tratamento, Técnicas de manejo, Radiologia, Prevenção das doenças bucais, Anestesia e Pequenas Cirurgias, Morfologias dos dentes, Terapêutica Pulpar, Dentística Restauradora, Reabilitação Protética, Problemas Periodontais, Traumatismos dentários, Hábitos Bucais, Emergências Clínicas

Fonte: autoria própria

O quadro 4 revela que apenas o curso de Medicina abrange aspectos arquitetônicos no seu PPP, Almeida e Ferreira (2018) afirmam que há um despreparo

nas universidades quanto à acessibilidade para diminuição das barreiras arquitetônicas prejudicando a permanência do discente no ambiente universitário.

No que tange à infraestrutura arquitetônica, Pereira *et al.* (2016) afirmam que as IES devem garantir aos alunos com deficiência acesso aos diferentes espaços da universidade, que deve ocorrer de forma livre às diversas dependências da instituição, tornando disponíveis equipamentos e instalações que possam auxiliar o desempenho acadêmico e social dos estudantes. Consequentemente, a permanência se atrela à criação de medidas que amenizem os obstáculos inerentes ao acesso a recursos estruturais e didáticos (Silva; Pimentel, 2021).

A Norma Brasileira Técnica 950 (ABNT, 2015) dispõe critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade e define que a acessibilidade pode ser entendida como a “[...] possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

A acessibilidade arquitetônica também deve ser garantida em todos os ambientes, a fim de que estudantes e demais membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral tenham o direito de ir e vir com segurança e autonomia, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.296/2004 (Brasil, 2013).

Quadro 4. Componentes e evidências de aspectos arquitetônicos/físicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.

Aspectos arquitetônicos/físicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.	
Curso	Arquitetônica/Física
Enfermagem	Não Mencionado

Educação Física (Bacharelado)	Não Mencionado
Educação Física (Licenciatura)	Não Mencionado
Farmácia	Não Mencionado
Medicina	A gestão do Núcleo tem atuado em conjunto com setores como a Reitoria, Prefeitura de Câmpus, Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), Assistência Estudantil, além das coordenações dos cursos e Garagem para assegurar as condições de acessibilidade pedagógica, atitudinal, física e arquitetônica, bem como de sinalização e informação, traslado dentro do câmpus para os estudantes com deficiência, por meio do uso da van adaptada para pessoas que utilizam cadeira de rodas.
Nutrição	Não Mencionado
Odontologia	Não Mencionado

Fonte: autoria própria

Recentemente, a UFMA inaugurou o prédio do curso de Enfermagem em São Luís, onde não conta com adaptações arquitetônicas visando a acessibilidade para pessoas com deficiência, é incabível que nos dias atuais aspectos como este não sejam respeitados.

Quando essas necessidades não são previstas nos documentos norteadores da formação profissional, criam-se barreiras que podem comprometer tanto o desempenho acadêmico quanto a permanência dos estudantes com deficiência na instituição. Vale ressaltar que a falta de previsão explícita sobre acessibilidade arquitetônica nos projetos pedagógicos não significa necessariamente que a universidade ignore completamente essa dimensão. No entanto, a não

incorporação formal dessas questões nos PPPs pode indicar uma abordagem fragmentada e reativa, em vez de um planejamento estratégico e institucionalizado.

Quadro 5. Componentes e evidências de aspectos atitudinais descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.

Curso	Atitudinal (Práticas Inclusivas)
Enfermagem	Não Mencionado
Educação Física (Bacharelado)	Intervenção Multiprofissional
Educação Física (Licenciatura)	Adaptações Metodológicas
Farmácia	Não Mencionado
Medicina	Acessibilidade Metodológica (PROAES) - A Pró Reitoria de Assistência Estudantil contempla em suas múltiplas dimensões ações de permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, nivelamento, apoio psicopedagógico e participação em centros acadêmicos.
Nutrição	Não Mencionado
Odontologia	Não Mencionado

Fonte: autoria própria

Segundo a LBI (2015) barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

No curso de Educação Física Bacharelado, o PPP aborda que a

intervenção dos Profissionais de Educação Física é dirigida a indivíduos e/ou grupos alvo, de diferentes faixas etárias, portadores de diferentes condições corporais e/ou com necessidades de atendimentos especiais e desenvolve-se de forma individualizada e/ou em equipe multiprofissional, podendo, para isso, considerar e/ou solicitar avaliação de outros profissionais, prestar assessoria e consultoria.

Já no curso de Educação Física Licenciatura é mencionado na ementa da disciplina de Educação Física Inclusiva a caracterização da Educação Física Inclusiva, que abrange evolução histórica, conceito, terminologias, objetivos, clientela, conteúdos e adaptações metodológicas.

No curso de Medicina apenas são citados setores responsáveis, não foram encontrados menções internas, o que nos leva a pensar se além da atribuição apenas a órgãos externos, o curso atende aspectos atitudinais de acessibilidade.

Quando se refere à aspectos tecnológicos de inclusão, apenas o curso de Medicina dispõe desse elemento em seu PPP, conforme descrito no quadro 6.

Segundo Silva & Mazzali, (2010), as transformações tecnológicas são necessárias dentro das universidades e fazem grande diferença para o processo de aprendizagem do aluno, sendo que as tecnologias assistidas já fazem parte do dia a dia deles. Conforme aponta Guerreiro (2012), essa acessibilidade diz respeito a diversas formas do recebimento da informação pelo aluno, seja por acesso às tecnologias de informação, seja pelo acesso físico ou intelectual. De acordo com Ferreira (2007, p. 48), para as pessoas com deficiência, “[...] tecnologia é a diferença entre o ‘poder’ e o ‘não poder’ realizar certas ações [...]”, o que evidencia a importância da estruturação tecnológica de uma IES, possibilitando que o acadêmico com deficiência se desenvolva.

Quadro 6. Componentes e evidências de aspectos tecnológicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.

Aspectos tecnológicos descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.
--

Curso	Tecnológicas
Enfermagem	Não Mencionado
Educação Física (Bacharelado)	Não Mencionado
Educação Física (Licenciatura)	Não Mencionado
Farmácia	Não Mencionado
Medicina	Softwares Leitores de Tela (NTI) - Há um trabalho contínuo com o NTI tanto na realização de reparos nos notebooks cedidos, mediante termo de responsabilidade, para os alunos com deficiência visual e física, quanto na instalação de software específico para que os estudantes com deficiência visual tenham acesso ao conteúdo acadêmico. As ferramentas de acessibilidade estão disponíveis na Biblioteca Central, que possui laboratório equipado com lupas eletrônicas e programas leitores de tela para atender aos usuários com deficiência visual.
Nutrição	Não Mencionado
Odontologia	Não Mencionado

Fonte: autoria própria

De acordo com Pivetta et al. (2016) as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) apresentam um grande potencial na criação de uma sociedade mais inclusiva. As TICs são instrumentos facilitadores e motivadores, principalmente para pessoas que apresentam alguma deficiência, seja permanente ou temporária, e criam as bases para o aumento da autonomia desses sujeitos.

As tecnologias assistivas podem abranger desde equipamentos e dispositivos específicos até aplicativos e softwares adaptados, que possibilitam a comunicação, escrita, leitura, locomoção, entre outras habilidades, de acordo com as necessidades individuais de cada estudante. Ao promover a individualização dos processos de aprendizagem, essas tecnologias são capazes de potencializar as habilidades de cada aluno, proporcionando-lhes autonomia e igualdade de oportunidades (Ribeiro *et. al* 2023).

Os estudos revelam a importância das tecnologias na inclusão de pessoas com deficiência no ensino, estas somente são mencionadas no curso de Medicina. A ausência das TICs nos PPPs dos demais cursos representa uma barreira educacional que tende a colaborar com a evasão do discente com deficiência ao dificultar seu acesso a materiais essenciais para sua formação.

Quadro 7. Componentes e evidências de aspectos institucionais descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.

Aspectos institucionais descritos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão.	
Curso	Institucional (Políticas/Núcleos)
Enfermagem	Não Mencionado
Educação Física (Bacharelado)	Não Mencionado
Educação Física (Licenciatura)	Não Mencionado
Farmácia	Não Mencionado
Medicina	O Núcleo de Acessibilidade da UFMA (NUACE), instituído pelo Programa Incluir: acessibilidade na

	educação superior, com base na Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, vem, desde 2010, promovendo e/ou mediando ações com vistas a garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência no contexto universitário. Os atendimentos realizados pelo NUACE são organizados considerando as principais necessidades e reivindicações dos alunos com deficiências, que atualmente concentram-se nas seguintes categorias: auditiva, visual (baixa visão, cego e monocular), física, neurológico/psicossocial, intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e múltipla deficiência. A gestão do Núcleo tem atuado em conjunto com setores como a Reitoria, Prefeitura de Câmpus, Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAES que é o principal órgão responsável pela implantação e gerenciamento das ações de apoio e assistência ao discente. Contempla em suas múltiplas dimensões ações de permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, nivelamento, apoio psicopedagógico e participação em centros acadêmicos.
Nutrição	Não Mencionado
Odontologia	Não Mencionado

Fonte: autoria própria

O Quadro 7 evidencia uma lacuna significativa em relação à menção dos Núcleos de Acessibilidade e das Políticas Institucionais, elementos fundamentais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência no ensino superior. A presença dessas estruturas apenas no curso de Medicina revela uma falha na implementação de medidas inclusivas em outras áreas acadêmicas, o que pode comprometer o acesso e a permanência equitativa de estudantes com necessidades

específicas.

Essa omissão sugere uma fragilidade nas políticas institucionais, a ausência de referências a esses núcleos nos PPPs de tais graduações indica que a instituição pode não estar cumprindo plenamente as determinações legais, como a LBI, que prevê a garantia de acessibilidade em todos os níveis educacionais.

Além disso, a concentração dessas iniciativas em um único curso reforça a ideia de que a acessibilidade ainda é tratada como uma questão pontual, e não como um princípio transversal. Para corrigir essa deficiência, é essencial que a universidade promova a uniformização dessas políticas, garantindo que todos os departamentos tenham estruturas adequadas e equipes preparadas para atender às demandas dos estudantes com deficiência.

Os Núcleos de Acessibilidade visam promover ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e informacionais, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (BRASIL, 2013).

Um estudo feito por Ciantellil; Leite (2016) evidenciou que é necessário um maior investimento da universidade em ações de acessibilidade realizadas pelos núcleos para todos os segmentos da comunidade acadêmica (estudantes, docentes e técnico-administrativo) através da oferta de ações de sensibilização, promovendo informação, conhecimento e conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras, visando a alterações no regimento interno, no projeto político-pedagógico e no plano de desenvolvimento institucional das instituições de ensino superior brasileira, em prol de uma educação menos excludente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A explicitação clara das diretrizes de acessibilidade nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de saúde da UFMA é essencial não apenas para o cumprimento de normativas legais, mas principalmente para assegurar condições equitativas de formação acadêmica e garantir que futuros profissionais vivenciem na prática os princípios de uma sociedade inclusiva. Para estudantes com deficiência, essa formalização representa a diferença entre meramente ocupar um espaço na universidade e de fato obter oportunidades educacionais plenas. A explicitação dessas diretrizes nos documentos norteadores da formação acadêmica é, portanto, um passo essencial para garantir que os princípios de inclusão sejam garantidos à todos.

Os achados revelam discrepância significativa entre os cursos quanto à incorporação de diretrizes de acessibilidade em seus PPPs, essa diferença sugere que a formação em saúde ainda está fragmentada, com alguns cursos avançando na tematização e outros regulando-a a um plano secundário. Apesar da UFMA possuir um Núcleo de Acessibilidade desde 2010, esses documentos não refletem políticas atuais e essa lacuna pode impactar diretamente a qualidade de formação e fragilizar a garantia dos direitos de pessoas com deficiência, além de contribuir para a evasão desses estudantes.

O que não significa que a UFMA não garanta os direitos de pessoas com deficiência, mas, o trabalho do Núcleo de Acessibilidade da UFMA (NUACE) se torna ainda mais efetivo quando os cursos incorporam as diretrizes de inclusão em seus PPPs.

Este estudo oferece subsídio para atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos da área da saúde da Universidade Federal do Maranhão e apresenta fundamentos relevantes que podem subsidiar trabalhos futuros na área de acessibilidade no ensino superior. Os dados coletados, a metodologia aplicada e as conclusões obtidas apontam direções claras para pesquisas complementares que poderão ser realizadas tanto em nosso meio acadêmico quanto em outras instituições.

Em suma, este estudo atingiu os objetivos de identificar e mapear aspectos de acessibilidade descritos nos PPPs dos cursos da área da saúde da Universidade

Federal do Maranhão, além de ampliar o debate sobre acessibilidade no ensino superior público.

REFERÊNCIAS

1. Almeida, J. G. A., Ferreira, E. L. (2018). Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Psicologia Escolar e Educacional**, 22 (n. especial) 67-75.
2. ALMEIDA, M. TIPOS DE ACESSIBILIDADE. Disponível em: <<https://institutoinclusaobrasil.com.br/tipos-de-acessibilidade/>>. Acesso em 23 jul 2025.
3. ANDREA; FREITAS, R. Q. A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NA AUTONOMIA ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Capex.gov.br**, 2019.
4. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: https://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 23 jul 2025.
5. BENETON, N. S. et al. Sustainability, social inclusion, and governance: analyzing ESG practices at an urban public university in São Paulo, Brazil. **Ambiente e Agua - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**, v. 20, p. 1–16, 10 jan. 2025.
6. BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9948-decreto-7-programa-incluir&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jul 2025.
7. BRASIL. Decreto n. 5.296, de dezembro de 2004. Brasília, **DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 23 jul. 2025.
8. BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Apresentação do Censo da Educação Superior 2023: Indicadores de Qualidade. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 23 jul 2025.
9. BRASIL. Lei n. 13.146, de julho de 2015. Brasília, **DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2015.
10. BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: **MEC/SECADI**, 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13

- [292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 23 jul 2025.
11. BRIGIDA, I.F.S.; LIMEIRA, C.S.S. Acesso e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior: apontamentos de pesquisa. **Rev. Aleph UFF**, n.35, p.161-181, 2020.
 12. CANTORANI, J. R. H. et al. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 6 abr. 2020.
 13. CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 413–428, set. 2016.
 14. CRISTIANA NUNES RODRIGUES et al. Acessibilidade e inclusão social no ensino superior: a importância de cursos de capacitação exercidos pelo Núcleo de Acessibilidade no interior do Amazonas. **Cadernos CIMEAC**, v. 14, n. 1, p. 66–81, 2024.
 15. CRISTINA, R.; ELIANE SILVA VIVAS; THIAGO SOARES NUNES. Inclusão no ensino superior: ações do Núcleo de Acessibilidade e Apoio Psicopedagógico de uma instituição de ensino. **GeSec**, v. 13, n. 1, p. 170–195, 18 abr. 2022.
 16. DE SANTANA PORTE, M.; DAMIÃO TRINDADE ROCHA, J.; AUGUSTO PEREIRA, C. Barreiras de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no Ensino Superior. **Administração Pública e Gestão Social**, 17 nov. 2022.
 17. Documento Orientador Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior. Brasília: **MEC/SECADI**, 2013. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 jul 2025.
 18. ELBERTO TELES RIBEIRO et al. O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS COMO UMA FERRAMENTA INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 8, p. 431–442, 4 set. 2023.
 19. FERREIRA, P. B. et al. Comparação entre as condições de acessibilidade e inclusão social de 25 instituições públicas de ensino superior e um estudo de caso na UFTM. **Cadernos CIMEAC**, v. 11, n. 2, p. 121–149, 10 dez. 2021.
 20. Ferreira, S. L. (2007). Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 13(1), 43-60.
 21. FREITAS, M. C. DE. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIFERENÇAS ENTRE ACESSO, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, 2023.
 22. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

23. Guerreiro, E. M. B. R. (2012). A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**, 25(43) 217-232.
24. JANE PERUZO IACONO; DAL, C.; PEREIRA, F. Acessibilidade e inclusão no Ensino Superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 10, p. e024004–e024004, 30 jan. 2023.
25. KATIA, A.; ALMEIDA, G.; PINHEIRO, G. Educação e direitos de estudantes com deficiência em instituições de ensino superior da cidade de Salvador/BA. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 8, p. e5328–e5328, 26 ago. 2024.
26. LIMA, A. T.; CARMO, M. A. A. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação e Políticas em Debate**, p. 1132–1150, 12 jul. 2023.
27. LÍVIA COUTO GUEDES. Luta por Dignidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Público Superior. **Revista portuguesa de pedagogia**, v. 54, p. e054005–e054005, 31 dez. 2020.
28. MALHEIRO, C. A. L.; JUNIOR, K. S. INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO/INCLUSION AND ACCESSIBILITY IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 94546–94554, 2020.
29. MARIA, A.; ALVES, R. P.; MARTINS, L. B. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR. **Blucher Design Proceedings**, p. 1121–1134, 1 dez. 2022.
30. MARIOT, A. et al. Acessibilidade no ensino superior para surdos: histórico, percepções e possibilidades nas aulas de Química. **Cadernos do Aplicação**, v. 36, 28 abr. 2023.
31. MARQUES, I. et al. O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 1, p. 2780–2796, 29 jan. 2025.
32. MATOS, T. M.; DE, M. O SENTIDO DO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **REAd Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 31, 1 jan. 2025.
33. MELO, F. R. L. V. DE. Políticas públicas de inclusão no contexto universitário. **Blucher Design Proceedings**, p. 1272–1272, out. 2020.
34. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde - SUS**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/sus>>. Acesso em: 23 jul. 2025.
35. OLIVEIRA, D. F. DE; SOUZA, I. M. DE. O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NA UFSC: FATORES QUE INFLUENCIAM O ACESSO E A PERMANÊNCIA. **Revista Conhecimento Online**, v. 3, p. 104, 29 set. 2020.

36. PAULA, A. Analysis of management plans at Brazilian and Portuguese universities : an investigation of accessibility and inclusion policies for university libraries. **Encontros Bibli**, v. 29, 2 mar. 2024.
37. Pereira, R., Costa Silva, S., Faciola, R., Pontes, F., & Holanda Ramos, M. (2016). Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, 1(1), 147-160. Recuperado em 15 de abril de 2017, de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19898>.
38. PEROSA, A. et al. Inclusão na educação superior e terapia ocupacional: acessibilidade e suas dimensões. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 32, n. spe1, 1 jan. 2024.
39. PIVETTA, E. M. et al. Desafios da acessibilidade no ensino superior: estudo de caso na Universidade de Aveiro. **Educação**, v. 39, n. 2, p. 166, 6 set. 2016.
40. ROSA et al. Análise de Estratégias para Acesso e Permanência de Discentes com Deficiência no Ensino Superior. **Revista de Ensino Educação e Ciências Humanas**, v. 23, n. 4, p. 610–616, 15 dez. 2022.
41. SALES, J. F.; VIANA, T. V. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. **REVISTA INTERSABERES**, v. 15, n. 35, 10 jun. 2020.
42. SANTOS et al. Educação inclusiva no ensino superior: uma análise da acessibilidade na universidade estadual da região Tocantina do Maranhão. **Brazilian Journal of Development**, p. 54780–54792, 1 ago. 2022.
43. SANTOS; IDEMAR VIZOLLI; WALBER. Educação inclusiva no ensino superior: o desvelar das pesquisas. **Somma Revista Científica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí**, v. 10, p. 1–17, 15 jan. 2024.
44. SILVA, D. F. M. et al. Inclusão de estudantes público-alvo da educação especial no ensino superior: o caso da Universidade do Estado de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, v. 51, 2025.
45. SILVA, J. C. DA; PIMENTEL, A. M. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.
46. SILVA, J. C. DA; PIMENTEL, A. M. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2021.
47. Silva, L. E. B., & Mazzali, L. (2010). Parceria tecnológica universidade-empresa: um arcabouço conceitual para a análise da gestão dessa relação. **Parcerias Estratégicas**, 6(11), 36-47.
48. SOUZA, V. A. DE; RICHTER, L. M.; SOUZA, R. A. Políticas públicas luso-brasileiras de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência no Ensino Superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 957–960, 12 jul. 2023.
49. VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. **Formação e Trabalho Pedagógico**. 23. ed. (Coleção Magistério). Campinas, SP: Papirus, 2007.

50. ZILIOOTTO, D. M.; SOUZA, D. J.; ANDRADE, F. I. Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de alunos surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, p. 727, 14 ago. 2018.